



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Prado Máximo, Marco Aurélio

A Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 15, núm. 1, 2002

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18815121>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do

Marco Aurélio Máximo Prado <sup>1</sup>  
Universidade São Marcos, São Paulo

**Resumo**

Este texto apresenta um denominador comum entre a Psicologia Comunitária na América do Norte e na América Latina, entendido a partir do fim do espaço do político. Neste sentido, a partir da filosofia política, pretende-se analisar duas posições (individualista e comunitarista) na Psicologia Comunitária, explicitando a importância contemporânea de uma Psicologia comprometida com a extensão dos valores democráticos.

*Palavras-chave:* Psicologia comunitária; individualismo; comunitarismo; político.

**Community Psychology in the Americas: Individualism, Communitarism and the Exclusion of the Political**

**Abstract**

This paper discusses the end of the political, seen as a common denominator between Community Psychology in North and Latin America. Based on political philosophy, this paper proposes a critical analysis of two positions in Community Psychology: individualism and communitarism, thereby emphasizing the importance of the political in contemporary Community Psychology engaged in the extension of democratic values.

*Keywords:* Community psychology; individualism; communitarism; political.

**Introduzindo o Debate**

Não é novidade, especialmente para os psicólogos sociais da América Latina, a distância existente entre as Psicologias nos dois pólos da América. As *Américas*, separadas por tantos motivos, também se distanciam quando se pensa na Psicologia Social e, particularmente, nos fazeres que envolvem a Psicologia Comunitária (PC).

Neste texto, buscamos explorar um outro ponto de vista que não o da distância, mas sim o da proximidade entre a Psicologia Comunitária Latino-americana (Andery, 1984; Lane, 1995; Prado, 1994; Wiesenfeld, 1994) e a Psicologia Comunitária Norte-americana<sup>2</sup> (Kelly, 1990; Linney, 1990; Novaco & Manahan, 1980). Para tal, retomaremos as principais posições teóricas de cada uma (Montero, 1994), com o intuito de apontar um denominador comum entre a

Nosso argumento se constrói a partir de um debate desenvolvido pela filósofa Chantal Mouffe (1996; 1999), acerca do político. Para ela, o pensamento liberal como comum a todas as formas de pensamento político de C. Mouffe (1993), trataremos de identificar as diferenças. A Psicologia Comunitária nas Américas, apesar das distâncias, estão próximas quando se trata do político, ou seja, as duas concepções de Psicologia Comunitária acabam por propor o fim do político.

Seja a Psicologia Comunitária Latino-americana (PCNA) em uma concepção mais comunitarista, seja a Psicologia Comunitária Norte-americana em uma concepção mais individualista,

Num cenário de grandes mudanças mundiais (Heller, 1999; Laclau, 1990; Santos, 1994; Touraine, 1995), a discussão política tem sido uma das grandes vedetes do momento, ao contrário do que alguns intelectuais imaginaram, o político e a história não encontraram seu fim. As questões políticas passaram a fazer eco dentro de todos os grupos sociais, e não somente elas, mas também as reflexões éticas invadiram o nosso cotidiano, especialmente o cotidiano de uma civilização que alcançou o controle sobre o sistema global, sobre a natureza e sobre a reprodução humana.

Neste sentido, tanto a política como a ética ressuscitaram questões tão fundamentais para a humanidade como estas a que a Psicologia Comunitária nas Américas parece confrontar: é possível a vida em comunidade? como pensar a participação social dos indivíduos? a construção de uma comunidade política? como garantir o aprofundamento da igualdade sem ameaças às liberdades individuais? como combater o individualismo crescente? como aprofundar os valores democráticos?

Assim como a relação entre indivíduos e coletividade, o político também pode ser definido por diferentes abordagens. Se pensarmos, em apenas duas das mais importantes concepções sobre o político, podemos elencar a tradição liberal e a tradição comunitarista. Uma buscando defender a liberdade individual sobre a noção de legitimidade coletiva do bem comum e a outra, respectivamente, apontando os perigos do acirramento individual em um individualismo excêntrico e a importância de uma definição de bem comum coletivo como parâmetro único para as posições individuais e para a vida institucional democrática.

Este tem sido um dos principais debates junto a Filosofia Política moderna (Heller, 1991; Mouffe, 1993) e ele está centrado, sobretudo, em comparar os dois sistemas políticos e filosóficos para uma melhor compreensão dos problemas mundiais atuais no ocidente.

Buscamos, de maneira bastante sintética, expor alguns

mundo mais complexo do que a divisão *tradicional* e a exploração sobre as relações

Em nossa visão, as grandes diferenças existem, precisamente nas opções teóricas e no desenvolvimento histórico, porém, respectivamente, posturas mais individualistas e norte e posturas mais comunitaristas no hemisfério. Uma como a outra, apontam para o fim da política, acenam com um comprometimento frágil de valores democráticos plurais e múltiplos. Mouffe (1993), esta radicalidade pode ser vista com a garantia da sobrevivência da tensão entre identidade e a lógica da diferença:

“É esta tensão, de fato, que também aparece entre nossas identidades como indivíduos e entre os princípios de liberdade e igualdade. É a melhor garantia de que o projeto da democracia está vivo e habitado pelo pluralismo. O contrário desta tensão poderá favorecer somente a eliminação e a destruição da democracia.” (p. 133)

## **A Política e a Radicalização da Democracia: As Novas Fronteiras**

A Política, como Bobbio, Matteucci e Pasquino referem-se, diz respeito “a tudo que se refere ao poder, consequentemente, o que é urbano, cívico, mesmo sociável e social” (p. 954). Neste sentido, refere-se a tudo que, de uma ou outra forma, relacionado às formas de poder regido pelo Estado social, isto é, a tudo que diz respeito ao uso do poder de coação de uns sobre os outros.

Nas concepções mais modernas, a Filosofia Política ocupa um lugar distinto, sobretudo porque a concepção de política foi sendo limitada, como mais uma vez afirmam Bobbio e colaboradores (1993):

“Enquanto a filosofia política clássica se preocupava com a estrutura da pólis e das suas variadas formas, a filosofia política pós-clássica se preocupa com a estrutura da sociedade e das suas variadas formas.”

“Conforme o que se disse até aqui sobre o significado restritivo de Política (restritivo em relação ao conceito mais amplo de ‘social’), fim da Política significa exatamente fim de uma sociedade para cuja coesão seja indispensáveis as relações de poder político, isto é, relações de domínio fundadas, em última instância, no uso da força. Fim da Política não significa, bem entendido, fim de toda a forma de organização social. Significa, pura e simplesmente, fim daquela forma de organização social que se rege pelo uso exclusivo do poder coativo.”(Bobbio, 1993, p. 960)

Através desta concepção, podemos sublinhar algumas questões fundamentais para a compreensão do político enquanto campo de publicização de conflitos. Iniciaremos pela idéia desenvolvida por Bobbio e colaboradores de que, no campo da política, a questão dos conflitos está sempre presente. O conflito e as formas de coação caracterizam o campo de disputa política. Não por outro motivo, o poder político está baseado sobre diferentes formas de forças que buscam manter a subordinação de uns aos outros. Para além destas características, temos um outro fator importante nesta visão, o de que a esfera do público é a esfera onde os conflitos são expressados. Ao abraçar esta idéia, estamos compreendendo que a esfera pública é a esfera da explicitação de subordinações (sejam elas relativas ao campo do doméstico, da intimidade ou da coletividade). Relações de subordinação, que na concepção de Mouffe (1988), ao se transformarem em discursos antagônicos no público tornam-se relações de opressão, pois é lá que podem ser tematizadas como relações de poder historicamente fundadas e recriadas<sup>4</sup>.

Estas questões, se nos ajudam a desenhar uma compreensão do político, também nos fornecem uma compreensão homogênea do campo. Para tomar alguma diferenciação, vamos buscar explicitar e especificar, ainda mais, uma compreensão do político que, como salientamos na abertura deste trabalho, nos ajude a compreender os discursos científicos da Psicologia Comunitária nas Américas.

Mouffe (1993, 1995, 1996, 1999) tem desenvolvido uma concepção do político que está, criticamente, baseada

mantenha nenhuma essência, pluralidade e a diversidade das sociedades modernas e, para pensar uma concepção *com* e de que, através de uma visão c inimigo de Schmitt, segundo M construir uma concepção que conflitos relativos às relações característica do projeto moderno forma, a autora busca retomar pensamento liberal porém, refu ser, de fato, a principal hostilid a qual não tem limites para sua (1999) precisa que, pensar con contra ele, já que, para a filósofo em sua denominação amigo/ limitada pelos valores da liber

A posição de Schmitt tem teóricos, como é o caso de He o discurso exclusivista que a Política têm passado, seja de Sc a Heidegger. Segundo Heller, alguém ou de algo nestas conc a autora húngara chamou de como uma das características De fato, Heller aponta para alg exclui sempre alguém ou algo, de temas e discursos, podería se assemelhe, em seu grau má

Porém, é com Mouffe, en através da concepção amigo/ relação antagônica como funda que podemos aprofundar est não abraça de maneira incondi pelo contrário, propõe, como contra ele. De maneira que o p ser pensado como um es antagonismos buscam re

da igualdade entre os grupos sociais, como do princípio da diferença, ou seja, o reconhecimento de que particularidades podem revelar formas múltiplas de opressões.

Esta concepção de político recoloca uma especificidade desta esfera fundamental: a fronteira política, a qual permite que uma relação de subordinação seja reconhecida como historicamente determinada, portanto, que seja vivida como opressão e não mais como naturalização da vida social, já que agora, no político, pode ser reivindicado o direito à equivalência, portanto, ao fim das relações de opressão. Neste sentido, o campo do político configura-se pela relação entre um coletivo que se constitui como um NÓS (identidade coletiva) *versus* um ELES (exteriorização da identidade coletiva). Importante ressaltar que, é a radicalidade dos princípios de liberdade e igualdade, típicos do discurso da democracia, que pode nos ajudar a pensar na relação NÓS *versus* ELES como relações baseadas na lógica da equivalência e da diferença. Estas relações (antagônicas) para colocarem-se como antagonismos políticos, devem ser entendidas a partir não somente da reivindicação pela equivalência, mas sobretudo pela reivindicação da diferença, já que, desta forma, a tentativa de se instalar um discurso sobre a identidade-NÓS é dada pela possibilidade do reconhecimento do discurso da identidade-ELES, como um constitutivo externo ao próprio NÓS. A possibilidade deste coletivo NÓS está sustentada na diferenciação de um ELES, ou seja, na esfera do político, o consenso é tão precário quanto a relação de exclusão, em outras palavras, o consenso está sempre sendo dado sob algum nível de exclusão, formando-se assim enquanto um consentimento possível, o que implica em um processo articulatório.

Pensar nestes termos é, em verdade, reconhecer o caráter antagônico do político, mas não necessariamente este caráter se dá pela contradição<sup>5</sup>. A diferenciação entre antagonismo e contradição, tarefa nada fácil, sempre tem sido uma disputa teórica e analítica entre diversos autores

para sua superação. A dialética e o seu elemento subdeterminado, o antagonismo não está dada uma concepção que possa predeterminar o elemento subdeterminado, no sentido, configurar-se como um discurso que determina sua abrangência, nem tampouco sua constituição. Sua abrangência estará determinada pela constituição das identidades coletivas e, portanto, muito, das possibilidades de articulação com os contextos históricos em que estão inseridas e da demarcação de fronteiras (Howarth & S. Laclau, 1990).

A relação antagônica não apresenta uma possibilidade final o consenso, pois como o poder se dar ao excluir um ELES do NÓS, o antagonismo é permanente, a relação mantém uma tensão necessária para o espaço político, e, evitando assim um sujeito coletivo totalitário sobre si mesmo e um constitutivo impossível de constituir-se como unidade. A idéia central ao apontar para as fronteiras políticas é poder entender que a possibilidade política está no seu sempre constitutivo como possibilidade, também é a impossibilidade de fechamento desta comunidade sobre si mesma.

A negação destas fronteiras seria, portanto, a negação dos maiores perigos para o aprofundamento das democracias, já que, negá-las seria afirmar a exclusão de democracia - a liberal - na qual a ilusão de razoável e racional parece não excluir nada. Como temos visto, exclui tão somente a racionalidade política. "A exclusão do discurso político é baseada na lógica do exercício livre da razão" (Mouffe, 1993, p. 142). Ou talvez, do outro lado, seria abraçar um NÓS que, sem a possibilidade de indiferenciado de um ELES, corre o risco de práticas plurais e reduzir as múltiplas possibilidades democráticas, sejam as de gênero, de raça,

sociedades cada dia mais complexas. A comunidade poderia ser como mais uma das formas de identificação possível dos sujeitos, mas não aquela que impede a pluralidade de outras formas ao definir o consenso sobre a liberdade individual.

“É vital reconhecer que, para a construção de um NÓS é necessário distingui-lo de um ELES e que todas as formas de consenso estão baseadas em atos de exclusão, a condição de possibilidade de uma comunidade política é ao mesmo tempo a condição de impossibilidade de sua inteira realização.” (Mouffe, 1995, p. 36)

Porém assumir esta posição seria rever tanto as posturas individualistas na Psicologia Comunitária da América do Norte, como a comunitaristas na Psicologia Comunitária da América Latina e, para isto, sem dúvida, deveríamos ir além destas polaridades que parecem não deixar espaço para compreender a constituição das comunidades políticas. Mas, antes de avançarmos para esta terceira posição, temos que reconhecer e compreender como estas duas posições da PC nas *Américas* podem se tornar uma espécie de postura *anti-político*.

### **Psicologia Comunitária na América do Norte**

A PC nos EUA surgiu como um movimento alternativo ao pensamento psicológico dominante até os anos 60 de explicação das ações humanas no mundo social. Ela foi marcada pelo descontentamento de uma parte de psicólogos com a insuficiência teórica que, até então, a Psicologia estava submetida, especialmente na relação com a Medicina e a Psiquiatria. A preocupação com estudos que enfrentassem uma compreensão da ação humana frente aos conflitos sociais foi, de início, a pretensão deste movimento científico-político chamado Psicologia Comunitária (Klein, 1987).

Os psicólogos, segundo Rickel (1987), foram encorajados a serem participantes ativos dos problemas da sociedade e, portanto, foram chamados a tornarem-se agentes de mudanças. Na reflexão de Sarason (1984), este movimento implicou em rever o modelo psiquiátrico

termos de valor profissional, de lugares de prática, os p... limitados e desperdiçados” (S...

“Havia uma consciência cre... parte da população, os serviço... existiam, estavam muito além... desta população ou inapropri... Não somente os serviços de s... desigual na sociedade, mas ta... mental eram dependentes de... que não eram sensíveis às variaç... 1984, p. 201);

“Estes psicólogos clínico... estavam promovendo destrut... polarizações, no início dos anos... que entender a natureza desta... que as influenciasses. A Psico... pouco ou nada a contribui... intervenção” (Sarason, 1984, p...

“A psicologia clínica se pre... e os eventos depois que eles... Deixando esta questão de lado... a ver os limites do approach clí... para pensar em termos de prev...

Nos termos deste teórico, a... não dizer políticas, relacionad... junto aos grupos sociais, pas... problemas para a Psicologia... movimento Norte-americ... interpretação da Psicologia q... uma interpretação axiomática... ciência do indivíduo ao munc...

A PCNA se estabelece, derivado da Psicologia Clínica... esteve atrelada a noções de m... e individuais. A PCNA, que p... a Psicologia no seu estatuto... verdade confirma-se enquanto... a idéia de clínica, materializ... supremacia de qualquer ente...

para dentro dos processos cognitivos mais que para fora nas situações e estruturas sociais” (pp. 408-409)

A PCNA, então, relaciona-se, tanto com o processo que Manicas e Secord (1983) denominaram de *americanização das ciências sociais*, como com o que Farr (1996) intitulou de *individualização da psicologia social* para expressar o movimento que mesmo ao buscar relacionar o indivíduo e o mundo social, acaba por reduzir esta relação a um dos extremos. A PC, neste continente, não pode ser vista como um bloco totalmente homogêneo<sup>6</sup>, mas poderíamos dizer que ela tem se caracterizado por uma abordagem do político na qual a supremacia é do indivíduo.

Isso pode ser visto, quando retomamos os estudos sobre o *empowerment*, desenvolvidos pelos psicólogos comunitários Norte-americanos. O conceito de *empowerment* tem significado uma tentativa desta Psicologia em buscar os nexos entre o indivíduo e seu contexto (Perkins, 1995). Como em outras posições, esta perspectiva, a do *empowerment*, argumenta a favor da importância do contexto social para formação do pensamento e do comportamento humano. Mas vamos, antes, esclarecer ao leitor o que significa o termo *empowerment* na PCNA.

*Empowerment* seria um processo através do qual as pessoas, organizações e comunidades tornam-se conscientes e proprietárias de suas próprias vidas, isto a partir tanto do controle pessoal, como da influência social. Rappaport (1981, 1987) sugere que este processo se dá, tanto por uma determinação individual da autonomia com a própria vida, como por uma participação democrática na vida da comunidade. Neste sentido, articulado como um conceito capaz de uma compreensão da relação do indivíduo com o mundo social, o *empowerment* define como níveis de atuação e entendimento, os níveis individual, grupal e comunitário (Zimmerman, Israel, Schulz & Checkoway, 1992). Porém, pensado à luz de uma concepção liberal de participação, o *empowerment* tem se tornado um elemento de compreensão do que acontece “dentro da cabeça dos indivíduos” (Riger, 1993, p. 282). Nesta lógica, tem buscado explicar a

de ação das pessoas por realçar sua capacidade, “fazem pouco por apontar o poder delas e as políticas” (p. 282). O que pode ser visto como uma interpretação ideologizada, do poder, como vimos com Bobbio (1993), coloca-se no campo de disputa em vários níveis, não somente no nível individual.

Stephanie Riger (1993) vai mais longe em seu estudo sobre o conceito e o uso do *empowerment* Norte-americano, diz a autora:

“História e cultura moldam os conceitos para explicar a ação humana. Talvez o mais formador da Psicologia seja a crença no indivíduo, crença que repousa no coração da visão da Psicologia. Uma grande parte das pesquisas é baseada na idéia de que o indivíduo possui um auto-contido, independente e dependente, capaz de afirmar-se, influenciar seu ambiente com princípios abstratos de justiça e igualdade.”

Vê-se que, não somente materializada na perspectiva valorativo-social, mas também no científico, o modelo do *empowerment*, seja ele cognitivista, coloca-se como uma forma de cognitivismo que tem como resultado uma percepção individual e uma desconexão com o contexto sócio-político, como afirma Riger.

“a consequência de uma perspectiva centrada no indivíduo ou minimizar a influência dos fatores situacionais estruturais em favor de um focus na personalidade. Mas esta visão, artificialmente desconecta o indivíduo humano do contexto sócio-político, resultando em uma busca, dentro do *self*, para resolver problemas humanos (...). Neste contexto, o questionamento torna-se não o poder do indivíduo, ao contrário, a percepção do *empowerment* é formado pelo pessoal e, ironicamente, o indivíduo é mantido.” (p. 281)

Nesta compreensão da PCNA,

ações institucionais e/ou de grupos<sup>7</sup>. O que vale ressaltar, neste caso, é o que foi discutido por Mouffe (1993), que o político, na visão liberal, reduz-se a uma participação racional, como em um mercado de interesses e negociações. O que se retira do político é o processo de constituição dos antagonismos sociais, ou seja, a capacidade de grupos e coletivos constituir-se em sujeitos coletivos na configuração de uma arena pública, onde, se debatem e tematizam questões que, pouco a pouco, vão sendo politizadas.

O pensamento liberal, segundo Mouffe (1993), baseado em uma liberalização da ética para o campo da troca de interesses e lobbies, traduz o político como o mundo institucional e racional que se subordina ao mercado e sua lógica. O sujeito racional, não por acaso, atende a um modelo de organização civil, própria de um grupo social. O modelo de racionalidade, neste projeto, permite considerar que o político pode ser constituído abstraindo e/ou remetendo para o mundo privado, todas as paixões e emoções humanas.

Reconhecer que a PCNA tem tratado, em alguns casos, o político enquanto um tribunal de barganhas, é reconhecer sua institucionalização enquanto prática. Parece que o conflito só é reconhecido, nesta visão, enquanto um conflito com traços de uma racionalidade tipicamente liberal e uma institucionalização promovida pela idéia de que ordenar é o melhor remédio. O aspecto normativo do político é tomado, segundo Piven e Cloward (1992), como algo tautológico, excluindo-se o reconhecimento das relações de opressão e de submissão de uns aos outros. Os discursos que não se colocam como racionais neste modelo de intervenção da PC, são relegados à erupção do irracional e do pouco *organizado* discurso institucional. É óbvio neste modelo que, a definição do político como um sistema moral que propõe a institucionalização e a lei como lugar de tematização da vida em sociedade, produz um tecnicismo da prática política (os lobbies), com o objetivo de criar a ilusão de um consenso na lei. A idéia substantiva que, através deste

consenso racional. Como re  
torna-se meramente o terreno  
de suas paixões e crenças, que  
como agentes racionais na busca  
das coesões morais, é lógico -  
advogar entre suas reivindica  
justas. Esta é uma concepção d  
prontamente um caso típico d  
(Mouffe, 1993, p. 140)

A partir da conceituação  
compreender que a PCNA pro  
de potencializar a capacidade  
de “ter controle” sobre suas  
morte do político, assim, não p  
o que deveria ser princípio de u  
o surgimento de novos sujeitos  
e se constituem enquanto tais, s  
de novas formas de opressão  
tempo histórico, surgem e org  
coletivas, criando assim proces  
dúvida, poderiam interessar e  
Comunitária compromissada  
dos sujeitos (Prado, 1999).

## **A Psicologia Comunitária**

Contra esta noção de um s  
social - na expressão de Glória C  
político organizado em torno c  
partir dos identificados como *com*  
importante, pois não deixou o  
sobre participação nas mão  
apontando, assim, para uma  
político mais importantes par  
de que o campo do político  
reconhecer a nós mesmos co  
política comunitária” (Mouff  
contexto, que podemos reflet

A PCLA possui uma histó  
irmã Norte-americana, sobre



disso, não podemos relegar ao esquecimento que a PC na América Latina iniciou suas práticas no momento em que muitos dos países latinos viviam ditaduras militares, e que, para muitos psicólogos, a PC, naquele momento, significava um espaço relativamente seguro de militância política. Estas influências deram à PCLA um caráter muito menos individualista e mais politizado do que a PC Norte-americana<sup>8</sup>.

A PCLA nasceu, ao nosso ver, como uma importante reação à colonização do pensamento liberal na Psicologia, seja no campo do político, ou mesmo nos processos de legitimação científica. As preocupações sociais e a negação de um sujeito individualizante foram axiomas importantes para a fundação da PC na América Latina (Andery, 1984). Assim, ela tem sido um *locus* de reflexões sobre a própria Psicologia enquanto ciência e seus compromissos com uma sociedade mais democrática. Porém, ao abraçar a idéia de bem comum substancializado (Prado, 1999), esta PC, ao menos no que diz respeito ao campo do político, tem se aproximado da PC Norte-americana. Mas vamos, passo a passo, aproximar-nos desta idéia.

Intencionada pela afirmação do bem comum como um definidor do sujeito, a PCLA tem vivido o dilema de refletir sobre uma possível relação entre indivíduo e comunidade. Ela tem encampado a idéia comunitarista de que valores morais compartilhados definem a participação democrática. De maneira que estaríamos sendo cada vez mais sujeitos políticos e conscientes quanto mais vida comunitária e quanto mais compartilhássemos valores morais definidos pela idéia de bem comum como guia da vida social e individual.

Na PCLA, o ideal do coletivo - a comunidade - é visto como um conjunto de atividades, discursos e práticas capaz de criar autenticidade identitária (a identidade verdadeiramente humana). Não por outro motivo, vemos, em muitos dos trabalhos de intervenção comunitária, uma noção de comunidade sendo trilhada como ideal de vida comum, de consenso, que nega,

humanizado, libertador e de relações fraternas. Esta contrapõe totalmente a seu *inimigo*: a sociedade, nesta visão, impeditiva da autenticidade humana. O político reduz-se a uma etapa da construção da vida social.

A ilusão de um consenso comunitário, a negação das noções de identidade autêntica e de comunidade, a crítica (Góis, 1984, 1994 referindo-se a Freire, 1979 e Cavalcante, 1989), aprimoramento de que é possível o desenvolvimento de relações ou de relações comunitárias como evidenciar então, que qualquer processo de um consenso implica necessariamente exclusão, e é, segundo Mouffe (1993), a afirmação da igualdade e da diferença e inclusão não se transforme em uma totalidade sujeito e, ao mesmo tempo, garante a sobrevivência do político como o lugar dos princípios democráticos.

Esta ilusão da conciliação pela rede dá-se na aniquilação do espaço do político de conflito que não se reduz a uma po- pois tem sido entendido, nestas perspectivas mais essencialistas, que o fim dos an- responsável pelo alcance da identidade como afirma Zizek (1990):

“Baseia-se precisamente no fato de que o inimigo externo, é quem está me impedindo de ser identidade comigo mesmo: a ilusão é que a aniquilação do inimigo antagonístico, EU, abolir o antagonismo e alcançar uma identidade EU.” (p. 251)

A perspectiva de que este EU/NÓ é a transparência social e de si mesmo, torna-se tão tautológico quanto outro qualquer da Psicologia americana, e por este motivo, esta Psicologia nos dias de hoje, de abandonar seu prefácio: o de politizar a vida psicológica.

relações de opressão. Assumir o político enquanto tal, é estar implicado na idéia de que nada, nenhum grupo social, nem nenhuma identidade política, pode ser vista como portadora de qualquer autenticidade, não sendo possível então, a construção de uma identidade comunitária capaz de abarcar a transparência do real, onde, por ilusão, não existiria mais consciências semi-transitivas.

Temos visto então que o político estaria liquidado em uma concepção, tanto liberal como comunitária de participação social, de forma que, a oposição entre as duas lógicas de pensamento informam-nos, pela negatividade que as contém, uma lógica muito parecida: a da exclusão do político.

### **Psicologia Comunitária e o Político: Em torno de uma Psicologia Política**

Mouffe (1993) argumenta que para rever estas posições deveríamos abandonar, logo de começo, qualquer princípio que mantenha a noção de um coletivo político preso, tanto ao *status* da lei - um agregado de interesses individuais como nos quer fazer crer o pensamento liberal -, como preso unicamente a noção de bem comum, de forma que deveríamos manter em campos separados a moralidade e a política, o que não significa, em hipótese alguma, retirar qualquer princípio ético do campo político, mas sim, subtrair qualquer idéia substantiva de bem comum como valores compartilhados que devem determinar e unificar as posições dos sujeitos políticos.

Ao manter o substancialismo destas duas posições - nas duas Américas - a PC, seja acima da linha do Equador ou abaixo, mantém a mesma lógica intrínseca: negação do pluralismo e o fim do político. A (des)substancialização do político, seja como consenso racional ou como valor moral compartilhado, abriria um campo fundamental de estudos sobre a articulação e a constituição de discursos e práticas sociais coletivas que formam, ou buscam formar, sujeitos coletivos. O apelo a uma idealização da “identidade comunitária”, como vem sendo proposto

indivíduos não atuem em contextos autênticos — onde trabalhadoras, conservadoras, mulheres rejeitam raciais se oponham a ação afirmativa — diagnóstico essencialista é que eles não e requerem firmes lideranças para defenderem autênticos interesses.” (p. 58)

É compreendendo as mediações

a Psicologia Comunitária pode lidar com as identidades comunitárias e com a política. Isto significa reconhecer que a política está presente em todas as formas de organização social, já que esta seria a maneira de lidar com as diferenças que existem mas também com as diferenças que não existem (Mouffe, 1995, p. 36)

Pensamos ser este um ponto importante debate, e nossas experiências de participar dele. Refletir sobre a política talvez nos faça assumir, como a política enquanto um campo de trabalho, a necessidade de estudar e entender as pré-condições simbólicas, institucionais, psicológicas que são necessárias para a construção de uma identidade comunitária enquanto mais *uma* prática existente, de construção de identidade (Mouffe, 1999). Neste sentido, a PC deve ser uma prática que, dentre outras coisas, compreenda os processos de articulação de um coletivo não substancializado, boa, mas acima de tudo, enraizada na política que temporariamente ocupa a posição identitária dos sujeitos. A identificação não se reduz a uma prática concebida, já que está determinada

Este processo articulatório de interpelação, pois é nele que iremos encontrar que constituem as identidades comunitárias através dele que poderemos encontrar grupos populacionais pobres

- Barret, M. (1999). Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Em Zizek, S. (Org.), *Um mapa da ideologia* (pp. 235-264). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1993). *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Bottomore, T. (Org.). (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Farr, R. (1996). *The roots of modern social psychology*. Cambridge: Blackwell.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 63-82.
- Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássico e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gois, C. W. L. (1984). Proposta de um caminho para a psicologia junto à classe oprimida: Por uma psicologia popular. *Revista de Psicologia*, 2(1), 87-122.
- Gois, C. W. L. (1994). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: Edições UFC.
- Heller, A. (1991). The concept of the political revisited. Em D. Held (Org.), *Political theory today* (pp. 330-343). Stanford: Stanford University Press.
- Heller, A. (1999). Uma crise global da civilização: Os desafios futuros. Em A. Heller. (Orgs.), *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI* (pp. 13-32). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Howarth, D. & Stavrakakis, Y. (2000). Introducing discourse theory and political analysis. Em D. Howarth, A. Norval & Y. Stavrakakis, *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social change*. (pp. 1-23). Manchester: Manchester University Press.
- Kelly, J. (1990). Changing contexts and the field of community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 18(6), 769-791.
- Klein, D. (1987). The Context and times at Swampscott: My/story. *American Journal of Community Psychology*, 15(5), 531-537.
- Laclau, E. (1990). *New reflections of the revolution of our time*. London: Verso.
- Lane, S. (1995). Avanços da psicologia social na América Latina. Em S. Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da psicologia social* (pp. 67-82). São Paulo: Educ & Brasiliense.
- Linney, J. (1990). Community psychology into the 1990's: Capitalizing opportunity and promoting innovation. *American Journal of Community Psychology*, 18(1), 1-17.
- Manicas, P. T. & Secord, P. F. (1983). Implications for psychology of the new Philosophy of Science. *American Psychologist*, 38, 399-413.
- Montero, M. (1994). Vidas paralelas: Psicología comunitaria en latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Org.), *Psicología social comunitaria* (pp. 19-45). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Mouffe, C. (1988). Hegemony and new political subjects: Toward a new concept of democracy. Em C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 89-102). Chicago: University of Illinois Press.
- Mouffe, C. (1993). *The return of the political*. London: Verso.
- Mouffe, C. (1995). Democratic citizenship and the political community. Em C. Mouffe (Org.), *Dimensions of radical democracy: Pluralism, citizenship*, Newbrough, J. R. (1995). Toward Community: A new paradigm. *American Journal of Community Psychology*, 23(1), 9-37.
- Novaco, R. & Monahan, J. (1980). Research in community psychology: A content analysis of work published in the first six years. *American Journal of Community Psychology*, 8(2), 131-145.
- Perkins, D. (1995). Speaking truth to power: Empowering communities through social intervention and policy. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 765-791.
- Piven, F. & Cloward, R. (1992). Normalizing collective action. Em Morris & C. Mueller (Orgs.), *Frontiers in social movement theory* (pp. 325). New Haven: Yale University Press.
- Prado, M. A. M. (1994). *A consciência e a constituição do sujeito: Um estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Prado, M. A. M. (1997). A psicologia e a utopia comunitária no mundo moderno. Em M. Montero (Org.), *Psicología social comunitaria* (pp. 48-58). Caracas: SIP & UCV.
- Prado, M. A. M. (1999). Problematicando o individualismo e o coletivismo como posições identitárias [Resumo]. Em S. Lane & O. Ardans (Orgs.), *Livro de Resumos, 10º Encontro Brasileiro de Psicologia Social* (p. 20). São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social psychology of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9(2), 171-181.
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplarity: Notes toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121-148.
- Richel, A. (1987). The 1965 Swampscott conference and the development of community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(5), 511-513.
- Riger, S. (1993). What's wrong with empowerment? *American Journal of Community Psychology*, 21(3), 279-292.
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice: O social e o político em tempos de crise*. Porto: Afrontamento.
- Sarason, S. (1984). Community psychology and the social movement: An opportunity. *American Journal of Community Psychology*, 12(3), 207-217.
- Smith, A. M. (1998). *Laclau and Mouffe: The radical democratic tradition*. New York: Routledge.
- Speer, P., Dey, A., Griggs, P., Gibson, C., Lubiano, J. C. & Pineda, J. (1992). In search of community: An analysis of community psychology research from 1984-1988. *American Journal of Community Psychology*, 20(2), 195-209.
- Touraine, A. (1995). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Wiesenfeld, E. (1994). Paradigmas de la psicología social en América latina y latinoamericana. Em M. Montero (Org.), *Psicología social comunitaria* (pp. 47-74). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Wiesenfeld, E. & Sanchez, E. (Orgs.) (1994). *Psicología social comunitaria: Contribuciones latinoamericanas*. Caracas: Fondo Editorial del Cerebro.